



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição de Âmbito PDA n.º 272

Projeto “Reequipamento do Parque Eólico de Lomba da Seixa I e II”

Maio de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública
Proposta de Definição de Âmbito n.º 272
Reequipamento do Parque Eólico de Lomba da Seixa I
e II

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: maio de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito relativa ao Projeto “Reequipamento do parque Eólico de Lomba da Seixa I e II”.

O proponente do Projeto é a Empresa “Parque Eólico da Serra do Larouco, S.A.”

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 15 dias úteis de 24 de abril a 15 de maio de 2026.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- Câmara Municipal de Montalegre.

Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.

Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Foram recebidas 9 exposições com a seguinte proveniência:

- DGT - Direção-Geral do Território
- PALOMBAR - Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural
- CHIRO - Associação Morcegos.PT
- 5 Cidadãos
- Movimento Não às Minas – Montalegre

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

DGT - Direção-Geral do Território

1. Rede Geodésica Nacional (RGN) e Rede de Nivelamento (RNGAP):

- Todos os vértices da RGN e marcas da RNGAP são da responsabilidade da DGT e estão legalmente protegidos.
- Deve ser respeitada uma zona de proteção de 15 metros em redor dos vértices da RGN, garantindo-se a visibilidade entre marcos.
- Dentro da área do projeto existe um o vértice geodésico “Seixa”, que se encontra na folha 06-C da série cartográfica nacional à 1:50 000, mas não constitui impedimento, para as atividades geodésicas desenvolvidas pela DGT.
- Não há marcas da RNGAP na área do projeto.
- A localização dos marcos pode ser consultada via WMS no site da DGT: www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos.

2. Cartografia:

- A cartografia a utilizar nas escalas de 1:1 000 a 1:25 000 deve ser homologada ou oficial, conforme o Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho na sua atual redação.
- A utilização de cartografia topográfica está sujeita a direitos de propriedade e necessita de autorização de utilização pela respetiva entidade.

3. Limites Administrativos:

- Devem ser representados com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) atual, disponível no site da DGT.

Conclusão:

- Parecer favorável, desde que sejam cumpridas as exigências, relativas à cartografia oficial e aos limites administrativos.

PALOMBAR - Associação de Conservação da Natureza e do Património Rural

Destaca que o Projeto em avaliação, apresenta lacunas na avaliação do lobo-ibérico, nomeadamente informação desatualizada sobre a sua distribuição e áreas de reprodução, subestimando a presença de alcateias relevantes como Nariz do Mundo e Barroso na área do projeto.

Os dados mais recentes confirmam a importância ecológica da região, com estas alcateias a desempenharem um papel essencial na conectividade entre núcleos populacionais.

Assim, é defendida quando da elaboração do EIA sejam adotadas as medidas de mitigação que reduzam perturbações, evitem a degradação de habitats e garantam a monitorização contínua, assegurando o cumprimento da legislação e a conservação do lobo-ibérico, espécie em perigo.

Para o lobo, as medidas centram-se sobretudo na proteção dos habitats críticos e na redução da perturbação, incluindo a suspensão de obras em períodos sensíveis do ciclo biológico, a limitação do tráfego e a promoção da coexistência com atividades humanas, nomeadamente a pecuária. Relativamente aos quirópteros e à avifauna, o documento salienta que o reequipamento pode aumentar riscos de colisão e barotrauma devido à maior dimensão e funcionamento dos aerogeradores, sendo recomendadas medidas como a adequada localização dos equipamentos, ajustes operacionais (paragens em períodos críticos e velocidades de arranque adequadas) e monitorização contínua.

Apesar dos benefícios da energia eólica, esta pode causar impactes relevantes nos quirópteros e avifauna, sobretudo por colisão e barotrauma, com efeitos potencialmente significativos em populações vulneráveis.

O reequipamento dos parques, embora reduza o número de aerogeradores, pode aumentar o risco devido à maior dimensão, altura e funcionamento dos equipamentos, que ampliam a área de varrimento, prolongam a operação em períodos de maior atividade dos morcegos e intensificam fenómenos de turbulência.

A Palombar recomenda medidas de minimização focadas: na escolha adequada da localização, evitando áreas sensíveis, e na adoção de medidas operacionais, como a limitação do funcionamento em condições críticas e a redução de fatores de atração, de forma a diminuir o risco de mortalidade e perturbação da fauna.

Assim, consideram relevantes, as Medidas de Minimização que devem ser contempladas e os dados dos possíveis impactes, por fases do projeto, na afetação do Lobo e na Avifauna e Quirópteros.

Lobo-Ibérico:

1 – Fase de Pré-Construção

- Mapeamento de zonas de abrigo, reprodução, outras;
- Censo da população.

2 – Fase de Construção

- Suspensão dos trabalhos durante os períodos críticos de reprodução;
- Minimização de perturbação em áreas sensíveis identificadas.

3 – Fase de Exploração:

- Vedação dos acessos ao parque eólico, pelo público, em períodos críticos para as crias, visado diminuir a morte por atropelamento;
- Censos regulares das alcateias;
- Monitorização da mortalidade na área de implementação do parque e acessos ao mesmo.
- Estabelecimento de parcerias com entidades responsáveis, para a recolha de cães errantes do meio selvagem ou, criação e manutenção de um centro de recolha gerido pelo Promotor, de forma a diminuir o número de ataques a efetivos pecuários e a atribuição destes incorretamente ao lobo, diminuindo possivelmente a sua perseguição.

Avifauna e Quirópteros:

Não tendo sido apresentado o Plano de Monitorização da Avifauna e Quirópteros na PDA do EIA e, sendo conhecidos os impactes negativos para a fauna decorrentes de projetos desta natureza, destacam-se as seguintes medidas de análise de tal e medidas de mitigação:

1 – Fase de Pré-Construção

Avifauna

- Censos globais de avifauna;
- Censos dirigidos a aves planadoras e de rapina;
- Identificação de territórios de nidificação e áreas de alimentação;
- Mapeamento de corredores de voo e zonas de maior sensibilidade ecológica.

Quirópteros

- Inventariação acústica contínua e estratificada por habitat;
- Prospeção sistemática de abrigos (edifícios, fendas rochosas, árvores);
- Identificação de rotas de deslocação e áreas de alimentação;
- Análise da atividade em função da velocidade do vento.

Avaliação de impactes

- Modelação de risco de colisão e barotrauma;
- Avaliação comparativa entre cenário existente e cenário de reequipamento;
- Análise de impactes cumulativos.

2 – Fase de Construção:

- Acompanhamento ambiental permanente por equipa especializada;
- Restrição de trabalhos em períodos críticos de reprodução e nidificação;
- Minimização de perturbação em áreas sensíveis identificadas;
- Ajustes de micro-localização sempre que sejam detetadas ocorrências relevantes.

3 – Fase de Exploração

Avifauna

- Censos regulares de avifauna
- Censos dirigidos a aves planadoras e migradoras;
- Monitorização de rotas de voo e comportamento;
- Avaliação de colisões com aerogeradores e linha elétrica, nomeadamente:
 - Monitorização de mortalidade com recurso a cães treinados;
 - Cálculo de taxas reais de mortalidade com correção por testes de detetabilidade e taxas de remoção de cadáveres

Quirópteros

- Monitorização acústica contínua automatizada;
- Monitorização sazonal intensiva;
- Monitorização de mortalidade com recurso a cães treinados;
- Cálculo de taxas reais de mortalidade com correção por testes de detetabilidade e taxas de remoção de cadáveres;
- Avaliação da relação entre mortalidade, vento e operação dos aerogeradores.

Recomendações:

Lobo-ibérico

- Suspensão da fase de construção entre fevereiro e setembro ou, em alternativa, entre maio e outubro.
- Vedar os acessos ao parque eólico para o público para diminuir a circulação em períodos críticos para as crias, ou seja, entre maio e outubro, visando diminuir a mortalidade por atropelamento.
- Como forma de diminuir a perseguição ao lobo-ibérico devido aos ataques a efetivos pecuários, sugere-se que o promotor se encarregue de estabelecer parcerias para a recolha de cães errantes do meio selvagem, procedendo às normas de recolha, como esterilização e vacinação ou, mantenha um próprio centro de recolha animal durante a fase de exploração. Adicionalmente, com esta medida de mitigação de impactos, promover-se-ia uma menor taxa de hibridização entre cães e lobos, menor propagação de doenças e alguma empregabilidade local.

Avifauna e Quirópteros:

Após a inclusão das medidas de avaliação de impactes, estruturar no âmbito do EIA, de forma hierarquizada (evitação, minimização e redução da mortalidade), medidas de mitigação assegurando a compatibilização do projeto com a conservação da avifauna e quirópteros:

- Quanto a medidas de planeamento e localização: revisão do micro-siting dos aerogeradores, de forma a evitar a implantação em áreas críticas identificadas na fase de pré-construção, nomeadamente: corredores de voo utilizados por aves planadoras e migradoras; zonas de elevada atividade de quirópteros; áreas de alimentação e deslocação regularmente utilizadas pela fauna; proximidade a abrigos de morcegos previamente identificados.
- Garantir a definição de afastamentos mínimos efetivos relativamente a abrigos de quirópteros confirmados, incluindo cavidades naturais, estruturas edificadas e árvores com potencial de abrigos.
- Quanto a medidas operacionais de redução de mortalidade: implementar um regime de gestão operacional adaptativa dos aerogeradores, incluindo: aumento das velocidades mínimas de arranque (“cut-in speed”) durante períodos de vento fraco coincidentes com elevada atividade de quirópteros; implementação de sistemas automáticos de paragem seletiva (“shutdown on demand”), baseados em dados de monitorização em tempo quase real; definição de regimes de curtailment em períodos de migração de aves e em condições meteorológicas favoráveis à atividade de morcegos; limitação da operação noturna em situações de risco ecológico elevado devidamente identificado.
- Quanto a medidas de minimização de atração e perturbação: minimizar a atratividade do parque para fauna sensível, assegurando, a redução ao estritamente necessário da iluminação artificial, com recurso a sistemas não atrativos para insetos; eliminação de iluminação contínua em torres e infraestruturas auxiliares; adoção de soluções de design que reduzam a visibilidade e reflexo das pás, quando tecnicamente aplicável; definição dum plano e implementação de boas práticas de gestão de obra e exploração para redução de perturbação sonora e visual.
- Quanto a medidas relativas à linha elétrica associada: assegurar a minimização do risco de colisão e eletrocussão de aves através da instalação de dispositivos de sinalização anti-colisão (salva-pássaros) ao longo da linha aérea; avaliação da viabilidade de soluções de enterramento em troços críticos; definição de traçados que evitem zonas de elevada utilização por avifauna.
- Quanto a medidas de restauro ecológico para a fauna descrita deverá ser garantida a recuperação imediata das áreas intervencionadas, incluindo o
 - restauro de áreas degradadas com vegetação autóctone;
 - estabilização de solos e linhas de água;
 - redução de fragmentação de habitats;
 - controlo de acessos e infraestruturas temporárias.

Em síntese, a Palombar reconhece os benefícios da energia eólica, mas considera essencial compatibilizar a transição energética com a conservação da biodiversidade.

O apoio ao projeto de reequipamento fica condicionado à implementação efetiva das medidas de mitigação e monitorização propostas, garantindo a proteção do lobo-ibérico, bem como das populações de aves e morcegos, e promovendo uma gestão sustentável dos ecossistemas.

CHIRO – Associação Morcegos.PT

No seu parecer considera que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) terá de incluir os seguintes aspetos relativamente aos morcegos:

1- Caracterização da situação de referência (ano 0):

● Amostragem acústica:

- Mensalmente de março a outubro.
- Com detetores passivos de espectro total com taxa de amostragem mínima de 250 kHz.
- Amostragem com um ciclo de funcionamento de pelo menos 65% do período temporal.
- Amostragem ao nível do solo com início o mais tardar ao pôr-do-sol e prolongar-se pelo menos até quatro horas e meia depois. O número de pontos de amostragem deve ser adequado ao número de aerogeradores e/ou dimensão da área de estudo, e à diversidade de habitats existentes/a afetar. A sua localização deverá ser o mais próxima possível da prevista para os aerogeradores.
- Sempre que possível, a amostragem ao nível do solo deverá ser estendida a uma área de controlo, de características o mais similares possível à área do projeto e não muito afastada desta. O número de locais a amostrar na área de controlo, deverá ser igual ou superior a metade do número de locais amostrados na área do projeto.
- Amostragem em altura, a duas alturas, incluindo amostragem “ao nível do solo” (3 a 5 m acima do solo) e dentro da zona de varrimento das pás dos aerogeradores, a começar 1 hora antes do pôr-do-sol e terminar 1 hora depois do nascer do sol, num mínimo de sete noites por mês, preferencialmente não consecutivas.

● Prospeção de abrigos:

- Num raio de até 10 km em redor do parque eólico, com especial atenção a um raio de dois quilómetros e às zonas a intervencionar com o projeto (localização de aerogeradores, subestação, valas e apoios da linha elétrica, acessos, etc.).
- Num raio de 200 metros em torno de cada apoio da linha elétrica.
- Os abrigos detetados deverão ser amostrados ao longo do ano, em particular nos períodos de hibernação e maternidade.

- Dados prévios de monitorização de morcegos do PE da Lomba da Seixa I & II, incluindo informação sobre a amostragem como as datas e os locais de

2 - Avaliação de impactes:

- Avaliação dos impactes provocados pelo PE, em particular relacionados com a mortalidade, alteração de habitat, efeito barreira e sobre abrigos.
- Ter em conta as diferenças de tamanho dos aerogeradores, e o aumento da área global de varrimento das pás, apesar da diminuição do número de aerogeradores, quando da avaliação dos impactes.
- Avaliação dos impactes cumulativos com outros projetos existentes ou em estudo, em locais próximos, que possam originar mortalidade sobre os morcegos e alterações significativas de habitat, não se limitando aos projetos da mesma tipologia:
 - o Outros parques eólicos
 - o Centrais fotovoltaicas
 - o Vias rodoviárias e ferroviárias
 - o Projetos de agropecuária intensiva
 - o Outros projetos que promovam alterações profundas no uso do solo, etc.

3 - Medidas de mitigação e de compensação:

- Não deverá afetar núcleos de quercíneas, em particular os que contenham árvores maduras ou de maior porte.
- Aquando do corte de árvores, devem ser adotadas medidas de salvaguarda da eventual utilização das mesmas como abrigo pelos morcegos.
- Deverá manter/criar corredores ecológicos que aumentem a conectividade entre os principais habitats utilizados pelos morcegos (núcleos de quercíneas, galerias ripícolas e outros que venham a ser detetados nos estudos de caracterização, dentro e fora da área de implantação do projeto).
- Avaliar a necessidade de medidas de mitigação da mortalidade tais como a aplicação do aumento da cut-in wind speed ou de paragem em condições pré-definidas.
- Recomenda-se que sejam implementadas medidas de mitigação de perda de habitat e de minimização do efeito barreira, como por exemplo a renaturalização de galerias ripícolas, ou o estabelecimento de manchas florestais com espécies autóctones. Estas medidas irão favorecer também outros grupos faunísticos.
- Iluminação deverá ser reduzida, com o espectro luminoso e o desenho das fontes de luz que minimize o impacto nos morcegos, salvaguardando os requerimentos relativos à segurança aeronáutica.
- avaliar a necessidade de implementar medidas de compensação a fim de atingir Biodiversity net gain.

4 - Plano de Monitorização (PM)

- Plano de monitorização de atividade:
 - o que inclua pelo menos os três primeiros anos de exploração e caso se considere necessário, também a fase de construção do parque eólico.
 - O PM deverá adotar as metodologias implementadas para o ano 0, e se necessário, ajustá-las
- Plano de monitorização de abrigos:
 - Monitorizar os abrigos detetados com mais de 10 indivíduos, pelo menos nas épocas de criação e de hibernação.
 - A monitorização de AIN só pode ser feita com autorização e coordenação do ICNF
 - durante a fase de construção e pelo menos os três primeiros anos de exploração
- Plano de monitorização de mortalidade:
 - o que inclua pelo menos os três primeiros anos de exploração do PE.
 - a prospeção de cadáveres semanal, pelo menos de março a outubro, nas áreas do projeto.
 - teste de fatores de correção de estimativas de mortalidade (detetabilidade e remoção).
- Deverá ser avaliada a continuação das monitorizações ao fim de cada período de três anos.

5 - Outros aspetos:

O EIA deve apresentar detalhes na descrição das metodologias de recolha de dados, explicar o processamento e análise dos dados obtidos, com ênfase na avaliação de impactes e nas medidas de mitigação propostas.

O EIA deve avaliar os resultados das monitorizações de mortalidade de outros projetos de energias renováveis eventualmente existentes na envolvente de 10 km ao redor do PE

A magnitude e significância deve ter em conta não só o estatuto das espécies presentes, mas também a dimensão da área afetada. Mesmo para as espécies não ameaçadas, a dimensão da área dos projetos poderá causar impactes significativos de magnitude considerável.

Cidadãos:

Foram apresentadas 6 exposições:

- 5 por cidadãos em nome individual, das quais 4 manifestam discordância face ao projeto em avaliação e 1 expressa concordância.
- 1 por uma entidade coletiva, o Movimento Não às Minas – Montalegre, que manifesta a sua discordância.

O cidadão que concorda refere que:

- Faz sentido proceder ao reequipamento de parques eólicos antigos, substituindo os equipamentos existentes por aerogeradores mais modernos, maiores e mais potentes, uma vez que isso permite melhorar o aproveitamento do ponto de ligação à rede elétrica já instalado.
- Esta solução aumenta a eficiência e a produção de energia renovável, tirando maior partido das infraestruturas existentes.
- Considera vantajosa a possibilidade de complementar o parque com centrais fotovoltaicas, criando um sistema híbrido que combina energia eólica e solar.

Listam-se alguns pontos que integram as preocupações dos Cidadãos e do Movimento Não às Minas de Portalegre:

1. Posição geral

- Existe discordância significativa com o projeto, tanto do ponto de vista técnico como das populações locais.
- Considera-se que existem lacunas na avaliação de impactes.

2. Impacto sonoro (principal preocupação)

- Aerogeradores de grande dimensão implicam:
 - Ruído contínuo e de baixa frequência.
- Impactos reportados pelas populações:
 - Insónias e perturbação do descanso
 - Dores de cabeça e náuseas
 - Redução do bem-estar geral
- Impacto nos animais:
 - Perturbação do comportamento (ex.: raça barrosã)
- Problema agravado por:
 - Proximidade às habitações.
 - Possíveis efeitos cumulativos de vários parques existentes.
- Necessidade identificada:
 - Avaliação rigorosa e monitorização contínua, incluindo período noturno.

3. Impacto visual e paisagístico

- Turbinas muito mais altas que as existentes:
 - Alteração significativa da paisagem e linha do horizonte
 - Intrusão visual intensa

- Consequências:
 - Perda de identidade da paisagem
 - Impacto no turismo e valorização do território

4. Impactos nas populações locais

- Afeta várias aldeias (Carvalho, Póvoa, Reboreda, Tabuadela, Seara, Beçós, entre outras)
- Principais riscos:
 - Perda de qualidade de vida
 - Problemas de saúde associados ao ruído
 - Despovoamento das zonas rurais

5. Uso dos baldios e economia local:

- Baldios utilizados tradicionalmente para:
 - Pastoreio (caprino, ovino, bovino)
 - Recolha de matos
- Importância:
 - Sustento das populações
 - Base da economia local
- Problema identificado:
 - Infraestruturas do projeto limitam ou impedem estes usos.
- Contestação direta à PDA:
 - Considera-se incorreta a afirmação de ausência de impacto.
 - Os terrenos são efetivamente utilizados pelas comunidades.

6. Enquadramento ambiental e patrimonial:

- Área integrada em:
 - SIPAM (FAO)
 - Reserva da Biosfera Gerês-Xurés
- Preocupações:
 - Compatibilidade do projeto com:
 - Conservação da biodiversidade
 - Sustentabilidade
 - Equilíbrio entre atividade humana e natureza

7. Impactos na biodiversidade:

- Riscos identificados:
 - Colisão de aves e morcegos com as pás
 - Interferência com rotas de voo devido à maior altura
- Degradação de habitats:
 - Desmatamento
 - Fragmentação de ecossistemas
- Perturbação da fauna:
 - Afastamento de espécies sensíveis (ex.: lobo ibérico)

8. Impactes cumulativos

- Região já pressionada por:
 - Parques eólicos
 - Barragens
 - Centrais solares
 - Projetos mineiros
- Falta de análise integrada dos efeitos combinados sobre:
 - Água
 - Solo
 - Biodiversidade
 - Paisagem
 - Ruído
 - Comunidades

9. Impactos da construção

- Construção:
 - Tráfego pesado
 - Danos nas estradas
 - Poeiras e emissões
- Solo e água:
 - Erosão
 - Alteração da drenagem natural

10. Outras Questões ambientais

- Gestão de resíduos:
 - Dificuldade em reciclar pás antigas
 - Elevado volume de resíduos
- Social:
 - Desvalorização de propriedades
 - Impacto negativo no turismo

Conclusão:

- Não estão assegurados:
 - Usos tradicionais dos baldios
 - Proteção da saúde das populações
- Existem dúvidas sobre:
 - Compatibilidade com SIPAM e Reserva da Biosfera
- Avaliação de impactes:
 - Insuficiente e incompleta, sobretudo nos impactes cumulativos

Recomendações:

Na Elaboração do Estudo de Impacte Ambiental com:

- Análise detalhada de impactes cumulativos.
- Avaliação rigorosa de:
 - Ruído.
 - Impactos na saúde.
- Garantia de:
 - Proteção dos usos comunitários dos baldios.
- Demonstração clara de:
 - Compatibilidade com os valores ambientais e territoriais.